ISSN 1807-0930

Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

v. 23 n. 134

setembro/outubro 2026

Repositório Autorizado de Jurisprudência
Superior Tribunal de Justiça – nº 63/2008

Classificação Qualis/Capes: B1

Editor

Fábio Paixão

Coordenador-Geral

Flávio Tartuce

Coordenadores

Anderson Schreiber – Daniel Amorim Assumpção Neves
Débora Brandão – Fernanda Tartuce – Rodolfo Pamplona Filho

Conselho Editorial

Ana Beatriz Presgrave – Ana Luiza Maia Nevares – Angelica Carlini
Arlete Aurelli – Bruno Casagrande – Carlos Nelson Konder – Cecília Asperti
Cesar Calo Peghini – Cláudia Lima Marques – Daniel Mitidiero
Ênio Santarelli Zuliani – Eroulths Cortiano Junior – Fredie Didier Junior
Giselda M. F. Novaes Hironaka – Gustavo Tepedino – Heloísa Helena Barboza
Humberto Theodoro Jr. – José Fernando Simão – José Rogério Cruz e Tucci
Luciano Martinez – Luiz Guilherme Marinoni – Marco Aurélio Bezerra de Melo
Maria Helena Diniz – Marilia Pedroso Xavier – Maurício Bunazar
Pablo Malheiros Cunha Frota – Pablo Stolze Gagliano
Rodrigo Reis Mazzei – Rolf Madaleno – Sílvio de Salvo Venosa
Susana Henriques da Costa – Trícia Navarro

Colaboradores deste Volume

André Araújo Molina – Bruno Ponich Ruzon – Carlos Roberto Brandão Junior
Danilo Henrique Nunes – Erik Frederico Gramstrup – Fábio Ricardo Rodrigues Brasilino
Fernando da Fonseca Gajardoni – Fernando Rubin – Flávio Tartuce
Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro – Jesualdo Eduardo de Almeida Júnior
Luciano Martinez – Matheus Selaibe de Souza – Maurício Dalri Timm do Valle
Milena Vieira Medeiro Colombari – Ney Maranhão
Paulo Henrique Martins de Sousa – Pedro Lino de Carvalho Júnior
Sérgio Torres Teixeira

© Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

Publicação bimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: editorial@editoramagister.com. Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

A editoração eletrônica foi realizada pela Editora Magister, para uma tiragem de 3.100 exemplares.

Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

n. 1 (jul./ago. 2004)-.– Porto Alegre: Magister, 2004
Bimestral.
n. 134 (set./out. 2026)
Coordenador-Geral: Flávio Tartuce. Coordenadores: Anderson Schreiber, Daniel Amorim Assumpção Neves, Débora Brandão, Fernanda Tartuce e Rodolfo Pamplona Filho.

ISSN 1807-0930

1. Direito Civil – Periódico. 2. Processo Civil – Periódico.

CDU 347(05)
CDU 347.9(05)

Ficha catalográfica: Leandro Augusto dos Santos Lima – CRB 10/1273

Capa: Editora Magister

Editora Magister

Diretor: Fábio Paixão

Alameda Coelho Neto, 20
Boa Vista – Porto Alegre – RS – 91340-340

Apresentação

A *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil* chega ao número 134, com temas de grande relevo para a comunidade jurídica nacional.

A edição abre com o texto do coordenador-geral da revista, Professor Flávio Tartuce, intitulado *A Reforma do Código Civil em debate na Universidade de Tóquio*. O autor esteve presente no *III Brazil-Japan Litigation and Society Seminar*, evento realizado na Universidade de Tóquio, nos dias 9 e 10 de setembro deste ano, apresentando ao público presente algumas das premissas que orientaram a proposta brasileira de Reforma do Código Civil.

Em seguida, temos a pesquisa *Competência territorial, artigo 63, § 5º, do CPC e coibição do juízo aleatório no processo do trabalho: uma investigação jurisprudencial*, cujos autores, Sérgio Torres Teixeira e Ney Maranhão, investigam a aplicabilidade, ao processo do trabalho, do § 5º do artigo 63 do Código de Processo Civil, inserido pela Lei nº 14.879/2024, dispositivo que reputa prática abusiva o ajuizamento de demanda em juízo aleatório e autoriza o magistrado a declinar de ofício da competência territorial.

Fábio Ricardo Rodrigues Brasilino, Maurício Dalri Timm do Valle e Milena Vieira Medeiro Colombari participam da edição com o artigo *Acesso à justiça, direitos da personalidade e eficácia interruptiva da prescrição: efeitos da citação de parte ilegítima em relação ao legitimado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*. Os autores examinam se a citação válida de pessoa posteriormente reconhecida como parte ilegítima interrompe a prescrição em relação ao sujeito efetivamente legitimado, sob a perspectiva do acesso à justiça, dos direitos da personalidade e dos limites subjetivos da interrupção prescricional.

O quarto artigo da revista trata da *Validade jurídica da assinatura eletrônica em procuração no processo civil: aspectos legais e jurisprudenciais* e foi escrito em coautoria por Carlos Roberto Brandão Junior, Fernando da Fonseca Gajardoni e Danilo Henrique Nunes. A questão que norteou a pesquisa, respondida ao longo do texto, é a seguinte: a procuração *ad judicia* no processo civil, assinada por meio de plataforma de assinatura eletrônica avançada (que não utiliza o padrão ICP-Brasil), é juridicamente válida, à luz desse conflito interpretativo?

Na sequência, temos a pesquisa efetuada por André Araújo Molina, Luciano Martinez, Ney Maranhão e Pedro Lino de Carvalho Júnior, intitulada *Teorias da causalidade aplicadas à responsabilidade civil-trabalhista*. O estudo examina as teorias do nexo de causalidade aplicáveis à responsabilidade civil-trabalhista, distinguindo os critérios de imputação adotados pelos diferentes ramos do

direito. Os autores analisam as teorias da equivalência dos antecedentes, da causalidade adequada, da causalidade necessária e da causalidade alternativa.

Seguimos com o estudo *Abuso do direito no Código Civil de 2002: análise dos institutos da suppressio e surrectio à luz da jurisprudência brasileira*, escrito por Erik Frederico Gramstrup em coautoria com Matheus Selaibe de Souza, que examinam a evolução da teoria do abuso de direito desde suas origens no Direito Romano até sua efetiva consolidação no Código Civil de 2002, destacando o papel central desempenhado pelo princípio da boa-fé objetiva. Concluem que esses institutos, ainda que não expressamente positivados na legislação pátria, operam como importantes limitações implícitas ao exercício dos direitos subjetivos.

Na sequência, Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro, Jesualdo Eduardo de Almeida Júnior e Paulo Henrique Martins de Sousa apresentam o artigo *Pessoa, coisa ou terceiro gênero? Personalidade jurídica e capacidade de deliberação diante de agentes autônomos de inteligência artificial*. Baseados na teoria do direito construiu o conceito de personalidade jurídica sobre a dicotomia entre pessoa e coisa, reservando à primeira a aptidão para ser sujeito de direitos, a escolha do tema é justificada pelos autores em razão de um experimento recente: agentes de inteligência artificial deliberaram, votaram, redigiram uma constituição e um deles se autoextinguiu, atos que excedem o que uma coisa faz, sem que possuíssem a subjetividade que tradicionalmente funda a personalidade.

Seguimos a *Doutrina* com o estudo *Perspectivas do sistema processual administrativo e judicial a partir do complexo julgamento do Tema 1.124/STJ*. O autor Fernando Rubin examina os impactos do Tema 1.124 do STJ sobre o processo previdenciário administrativo e judicial, especialmente quanto à configuração do interesse de agir, à qualidade do requerimento administrativo e à definição do termo inicial dos efeitos financeiros dos benefícios.

Chegamos ao fim deste volume com o artigo de Bruno Ponich Ruzon, cujo título é *Introdução ao problema da informação na dimensão estratégica do processo civil*. O autor objetiva realizar uma primeira aproximação teórica ao problema, utilizando a teoria dos jogos como principal ferramenta para organizar categorias aplicáveis ao litígio.

Diante da abrangência, da atualidade e da profundidade dos textos desses grandes doutrinadores e juristas, espera-se, mais uma vez, que a *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil* continue fomentando o debate como uma das mais importantes publicações científicas de nosso País.

Fábio Paixão
Editor